A DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA EM DOCUMENTOS CURRICULARES NO BRASIL PÓS-DITADURA

Alex Pereira de Araújo (UESC)

RESUMO:

Este trabalho abre a discussão sobre as representações do conceito de cidadania - tomado como princípio norteador do ensino - a partir de dois (PCN/Orientações documentos curriculares Curriculares Nacionais) publicados no Brasil. A ênfase dada à cidadania nesses documentos vai aparecer como algo pleno e vazio nas redações de professores como constata Coracini (2007) enquanto objetivo político-pedagógico em que apenas se vislumbram alguns ingredientes: criticidade, democracia, criatividade..., norteadores de uma prática didática que também se apresenta como fetiche, pacote fechado, que se quer transformador e criador, silenciando as vozes sociais que questionam e desvalorizam a escola e o professor, uma vez que oculta a plenitude e a manutenção da não-cidadania. Dessa forma, as representações cidadania do conceito de põem em oposição/negação do(s)/ao(s)sentido(s) de cidadania enquanto parte do jogo, o jogo da presença e ausência de que fala Derrida (1995) ao demonstrar que "os elementos de uma oposição binária não têm sentido de forma isolada nem constituem soluções simétrica a seu oposto, mas que eles se dependem mutuamente e que um dos termos tem uma posição dominante", como explica Silva (1996, p.256).

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Currículo; Desconstrução; Discurso; Ensino.

INTRODUÇÃO

A redemocratização do país trouxe consigo o grande desafio da mudança. Não só a do regime que se restabelece, mas também as da globalização (ARAÚJO, 2009; ARAÚJO; FERREIRA, 2009; ARAÚJO 2011). Como no passado, tais mudanças no sistema estão atreladas às

práticas discursivas que "ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos técnicos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm" (FOUCAULT, 1997). Nesse sentido, podemos observar uma intensa prática discursiva do período pós-ditadura destinada a redefinir os conceitos de *democracia* e *modernização* (ZOPPI-FONTANA, 1997 bem como do conceito de cidadania, acrescentamos.

Nessa perspectiva, constata Rodríguez (2003) que a década de 1990 caracteriza-se por uma tendência de modernizar a gestão dos sistemas de educação, oferecer iguais oportunidades de acesso a uma educação de "qualidade" com "equidade" e "eficiência" para todos, fortalecer a profissão docente, aumentar os investimentos em educação e adequar os sistemas nacionais de educação pública às necessidades de mercado. Nesses tempos de crises, o conceito de cidadania parece ter sido mergulhado na penumbra do discurso da globalização que "astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo que modifica, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História" (FREIRE, 1996, p.127-128). E este fato nos leva à questão: o que é mesmo cidadania?

Covre (2001), busca compreender a palavra a partir de sua origem etimológica. Para ela, o termo "cidadania" surge do latim *civitas*, "cidade" para designar um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações. Já no dizer de Araújo (2010), "predominantemente, quando se fala em cidadania compreende-se a condição do ser social como participante de certa sociedade firmada através de um pacto que o torna sujeito de direitos e deveres".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É a partir daí que se pode pensar na reflexão tecida por Derrida (1996, 2000, 2002) acerca do que seja língua materna, identidade e cidadania, ou melhor, na escritura de Beato (2004, p. 164) "o que é uma

nação, uma língua, uma cidadania em toda sua pureza?" Se lembrarmos do período anterior ao da redemocratização do Brasil, podese ver que o conceito de cidadania está numa encruzilhada de sentidos, ora ligado a idéia de pacto social ora ligado a ideia de pertencimento ao território, à língua, ao nacional. Ou seja, muitos brasileiros, após o golpe de 1964, tiveram não só os direitos políticos civis suspensos, mas também o direito de permanecerem no país, sob a pena de desaparecerem para sempre.

Mas, em outros países, eles continuaram sendo identificados como cidadãos brasileiros exilados, os exilados da pátria. Neste caso, identidade e cidadania se implicam. O que está por trás disso? Nessa ideia reside o modelo tradicional monolíngue, monoético, monorreligioso e monoideológico, orientado pelo princípio ideológico da homogeneidade enquanto fator necessário e "natural" para a legitimidade e viabilidade de um grupo ou não (SIGNORINI, 1998, p. 339). Nesse sentido, pode-se dizer pensar que a identidade de um indivíduo se constrói na língua e pela língua, como quer Rajagopalan (1998)? E a cidadania também seria uma construção da língua através da língua?

De acordo com Heater (1990, p. 184), a história, aliada à nacionalidade, tem um papel essencial na identidade da cidadania: como repositório de fatos sobre o passado e como um fornecedor de mitos, a história é "uma memória coletiva da sociedade". Como uma construção social da língua e pela língua podemos pensar a cidadania em vários contextos de uso e sentidos.

CONCLUSÕES

Os documentos oficiais curriculares têm apontado para necessidade em "construir uma escola voltada para formação de cidadãos" (BRASIL, 1998, p. 5) e isso significa que a escola ainda não realiza esta ação, logo a questão da *não-cidadania* precede à questão da cidadania. Nessa perspectiva, a cidadania ainda é um *por vir* (ou devir)

nesse discurso da política curricular do ensino, porque vivemos num universo de não-cidadania.

Do ponto de vista da linguagem, aparece como oposição/negação do(s)/ao(s)sentido(s) de cidadania enquanto parte do jogo, o jogo da presença e ausência de que fala Derrida (1995) ao demonstrar que "os elementos de uma oposição binária não têm sentido de forma isolada nem constituem soluções simétrica a seu oposto, mas que eles se dependem mutuamente e que um dos termos tem uma posição dominante", como explica Silva (1996, p.256). Nesse sentido, cabe aqui relembrar a reflexão de Florestan Fernandes (1989) no que se refere à relação da cidadania com o contexto capitalista, principalmente do papel da escola, enquanto fábrica, (SARUP, 1986) e/ou como espaço privilegiado para inculcar a cidadania - algo co-determinante no contrato social (ROUSSEAU, 2002), ou seja, "educação e autoemancipação coletiva dos trabalhadores colocam-se como determinantes de uma relação recíproca medida pela escola e inspirada na função natural da classe trabalhadora de negar revolucionariamente a sociedade existente" (FERNANDES, 1989, p. 147).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. P. Democracia e discurso: identidades em (des)construção na formação de professores In: 17° COLE, 2009, Campinas. **Anais** do 17° COLE. Campinas: Unicamp/Fe/Alb, 2009.

ARAÚJO, A. P.; FERREIRA, É. P. Os efeitos da globalização nos discursos de formação docente no Brasil In: I Dipracs, 2009, Fortaleza. **Anais** do I Colóquio Discurso e Práticas Culturais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

ARAÚJO, A. P. A ordem do discurso e a violência simbólica nos PCN e nas Orientações Curriculares: em questão à identidade do professor construída sob a força de Lei. Dissertação [Mestrado em Letras:

Linguagens e Representações]. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2011.

ARAÚJO, C. C. **Identidade e cidadania**: a dinâmica do estar dentro e fora ao mesmo tempo. Disponível em: http://www.ideario.org.br/neab/kule2/Textos%20kule2/Clebio.pdf> Acessado em novembro de 2010.

BEATO, Z. M. P. Identidades e suas impossibilidades. **Trabalhos em** Linguística Aplicada, Campinas, v. 43(1), p. 159-170, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. – Brasília: Mec/Sef, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro:** arquivo memória e identidade línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução.Campinas: Mercado de Letras, 2007.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DERRIDA, J. Le monolinguisme de l'autre ou la prothése d'origine. Paris: Éditions Galilée, 1996.

DERRIDA, J. *La langue n'appartient pas*. Entrevista realizada por Everlyne Grossman em 29 de junho de 2000.

DERRIDA, J. O animal que logo sou (A seguir). São Paulo: UNESP, 2002.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

FOUCAULT, M. Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982). Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HEATER, D. **Citizenship:** the civic idea in world history, politics and education. Londres: Longman, 1990.

RAJAGOPALAN, K. *O conceito de identidade em linguística:* é chegada a hora para reconciliação radical? In: SIGNORINI (Org.) **Língua(gem) e identidade.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Trad. Pietro Nassetti., São Paulo: Martin Claret, 2002. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor

RUSS, J. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alberto Alonso Muñoz, rev. técnica Scarlett Marton. São Paulo: Scipione, 1994.

SARUP, M. **Marxismo e educação:** abordagem fenomenológica e marxista da educação. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Alienação e ensino.

SIGNORINI, I. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: SIGNORINI, I. (Org.) **Língua(gem) e identidade.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, T. T. **Identidades terminais**: as transformações na política da política. Petrópolis: Vozes, 1996. Projeto Educacional moderno: identidades terminais?

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Vozes: Petrópolis, 2000.

ZOPPI-FONTANA, M. Cidadãos modernos: discurso e representação política. Campinas: Unicamp, 1997.